

Teixeira começa a fazer projeto de longo prazo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Nos dois últimos dias o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, visitou nove ministros, dando início ao processo de montagem de um programa econômico de longo prazo, encomendado pelo presidente Sarney. Depois dos ministros, Teixeira vai ouvir os governadores de Estado, os líderes do Congresso, os representantes da sociedade civil, inclusive sindicatos de patrões e empregados, planejando gastar 310 horas de conversas, das quais não estarão excluídos os acadêmicos.

Teixeira, depois de amanhã, vai encontrar-se, no Rio, com os professores Celso Martone, Paulo Rabello de Castro, Carlos Lessa e Carlos Longo, para uma primeira conversa sobre como elaborar um planejamento econômico de longo prazo. O fato da Seplan entrar na terceira semana sem secretário geral — o economista Carlos Lessa recusou o posto — não perturba Teixeira, que vai trabalhando na montagem do seu plano confiante de que, escolhido o secretário geral, os trabalhos serão acelerados.

Para o ministro do Planejamento, não se deve confundir o programa que ele está elaborando, com o I PND da Nova República, que está em vigor e com o plano de metas de julho do ano passado. Os dois programas foram virtualmente abandonados, apesar do PND ser uma lei

com vigência até 1990, para dar lugar a um terceiro mais ajustado às atuais características da economia brasileira.

O plano de Aníbal também não interferirá com as diretrizes de planejamento expostas pelo ministro da Fazenda na reunião da bancada do PMDB, na semana passada, no Congresso. O ministro sustenta que as metas propostas por Funaro são de curto prazo, enquanto as que ele elaborará vislumbram um horizonte mais amplo, embora necessariamente devam comportar-se dentro do período administrativo do presidente Sarney.

A substituição do I PND da Nova República por um programa elaborado por Aníbal poderia ser viabilizada, na opinião de técnicos da Seplan, com as alterações constitucionais promovidas pela Constituinte na parte do planejamento. A Constituição atual estabelece a obrigatoriedade da elaboração de planos nacionais de desenvolvimento com vigência em todo o período administrativo, e de orçamentos plurianuais de investimento. Uma alteração nesse texto poderia permitir que se abandonasse o atual PND e que o Congresso votasse outro projeto para substituí-lo.

Teixeira está convencido de que poderá elaborar um plano econômico de longo prazo, o mais completo possível, sem entrar em rota de colisão com o Ministério da Fazenda e a assessoria do ministro Dílson Funaro.